

Revista Feminina: o pensamento da mulher na primeira metade do século XX sob o enfoque historiográfico

Feminina Magazine: the thinking of woman in the first half of the century XX by the historiographical approach

*Líliam de Oliveira**, *Marivane de Jesus Costa***

**Universidade Estadual de Goiás (UEG – Iporá), **Colégio Engemed*

Resumo: O presente trabalho busca analisar a Revista Feminina que circulou no Brasil de 1914 a 1936 sob a perspectiva da historiografia linguística, para tanto, serão analisados os editoriais entre 1914 e 1926, os quais foram escritos em forma de crônicas, e pretendiam expor e discutir assuntos correspondentes ao universo da mulher. Pretende-se, assim, por meio dos mesmos, conferir por que a Revista Feminina teve-se em incitar o feminino uma vez que as revoluções feministas estouravam no país e no mundo e quais foram os meios utilizados para combater as ideias revolucionárias pregadas pelo feminismo emergente. É relevante ressaltar que o período em questão foi de grande movimento e transformações na vida das mulheres, não só no Brasil, mas no mundo e que os ideais pregados pela revista incitava aderir à mudança, mas de forma parcial desde que não contrariassem os modelos da ética e da moral cristã.

Palavras-chave: Revista Feminina. Historiografia Linguística. Feminismo. Feminino.

Abstract: This paper aims to analyze the Revista Feminina that circulated in Brazil from 1914 to 1936 by the perspective of linguistic historiography, for this, editorials between 1914 and 1926 will be analyzed, which were written in the form of chronics, and intended to expose and discuss corresponding subjects to the universe of women. It is intended, this way, by means of them, check why the Revista Feminina confined itself to incite the female genre once the feminist revolution was popping in the country and the world and what were the means used to combat the revolutionary ideas preached by emerging feminism. It is relevant to note that the period in question was marked by a great movement and changes in women's lives, not only in Brazil, but in the world, and that the ideals preached by the magazine were urged to join the change, but partially, provided they do not contradict the models of ethics and Christian morality.

Keywords: Feminina Magazine. Linguistic Historiography. Feminism. Female.

Introdução

O comportamento feminino desde os primórdios tem sido alvo de diferentes olhares tanto no mundo quanto no Brasil, ora são abordados como revolucionários, ora como retrocessos, isto por que eles fazem parte de um conjunto de ganhos e perdas históricos, pois a busca por seus direitos sempre entram em choque com o conservadorismo pregado pela sociedade hegemonicamente dominada por homens que as julgam inferiores. Procuramos evidenciar, por meio desta pesquisa, o modo de pensar dessas mulheres brasileiras numa visão historiográfica.

Para tanto, justificamos que nesta pesquisa tais posturas estão focadas na primeira metade do século XX, nos anos de 1910 a 1940, tendo como enfoque os preceitos e teorias da historiografia linguística,¹ por meio dos estudos dos historiógrafos Koerner (1996), Bastos; Palma (2004) dos historiadores Seriacopi (2005), Mello (2008), das feministas Lima (2007), Pinto (2010), Silva (2011), que merecem uma reflexão mais ampla sem deixar de lado o espírito de época em que viveram. A metodologia, por conseguinte, constitui-se de pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, análise comparativa e inferência lógica.

Este trabalho insere-se no campo da HL, uma vez que tece considerações a respeito do comportamento feminino ditado pela revista feminina no Brasil nos anos entre 1914 e 1936. Com efeito, buscamos com esta pesquisa, analisar um período histórico por meio da língua portuguesa, e para tal usamos como objeto de pesquisa a Revista Feminina que circulou no Brasil na primeira metade do século XX.

Desta forma, os problemas de pesquisa que norteiam este trabalho giram em torno das seguintes questões: Por que este trabalho se insere no campo das pesquisas historiográficas? Por que a escolha da Revista Feminina como corpus de pesquisa? Por que a Revista Feminina teve-se em incitar o feminino uma vez que as revoluções feministas estouravam no país e no mundo? Quais os meios utilizados para combater as ideias revolucionárias pregadas pelo feminismo?

Diante do exposto, se faz necessário discutir sobre alguns dos editoriais presentes na revista, levando em consideração o contexto social, histórico, político, econômico e cultural do período. Assim sendo, objetivamos estudar cinco editoriais publicados (a cada três anos) na revista no período de 1914 a 1936.

¹ Doravante HL.

1 Historiografia Linguística

A historiografia teve início na França e a concepção de HL está diretamente ligada a ela e esta estreitamente vinculada à História que “resumia-se em narrativa oral dos acontecimentos”, então com alguns momentos de ruptura dessa ciência histórica, a HL, deixou, de acordo com Bastos; Palma (2004, p. 79) de ser vista como “mero relato de acontecimentos”. Assim, a

historiografia passou por um processo de adaptação aos paradigmas que norteavam os estudos históricos [...] A Historiografia tinha como papel fundamental o registro escrito desses acontecimentos sem problematizá-los ou questioná-los, desde os tempos de Heródoto. (BASTOS; PALMA, 2004, p. 79).

Para contribuir com esses novos paradigmas, foi fundada no início do séc. XX a Revista *Annales* (Escola dos *Annales*), dando novos rumos para a história e a “historiografia instituiu-se como método interdisciplinar pelo fato de considerar a colaboração de outras disciplinas [...] revelando-se, assim, a intenção de registrar os feitos humanos em sua totalidade.” (BASTOS, 2004, p.83).

Segundo Godoy (2009, p. 182), os autores Konrad Koerner e Pierre Swiggers “tiveram a preocupação de estruturar uma metodologia para pesquisa historiográfica linguística”. Assim sendo, para se compreender a HL em sua totalidade, devem ser abordados os princípios estruturados por Koerner, (1996, p. 45) que ao discutir tal estruturação metodológica, estabeleceu o “modo de escrever a história do estudo da linguagem baseados em princípios científicos”.

Para que isto aconteça se faz necessário conhecer e entender os princípios de: a) contextualização, b) imanência e c) adequação. O primeiro “diz respeito ao estabelecimento do clima de opinião geral do período em que as teorias se desenvolveram” (KOERNER, apud MATA; GOMES, 2004, p.10), o historiógrafo deve ater-se aos contextos social, político, cultural e científico da época (espírito de época) juntamente com a observação das correntes intelectuais do período. Koerner afirma que o

primeiro princípio para apresentação de teorias linguísticas propostas em períodos mais antigos diz respeito ao estabelecimento do “clima de opinião” geral do período em que as teorias se desenvolveram. As

ideias linguísticas nunca se desenvolveram independentemente de outras correntes intelectuais do período; o “espírito de época” (Zeitgeist) sempre deixou suas marcas no pensamento linguístico. (KOERNER, 1996, p. 60)

O historiógrafo não deve deixar-se levar pelas novidades apresentadas pelas gerações posteriores, deve se ater ao clima de opinião vinculado na época pesquisada. Cometer tal equívoco seria comprometer a pesquisa, com um olhar do “hoje” e não com uma análise mais profunda e sistemática, considerando, não só o período progressivo, mas também os modos de agir, pensar e interferir em certas situações. Assim, se

argumentos são aceitos ou não, dependemo-nos da lógica que vinculamos do que o clima de opinião em que são sustentados. O que torna. O que torna a definição de Dante, ou a argumentação de São Tomás sem sentido para nós – não é a má lógica ou a falta de inteligência, mas o clima de opinião mediável – aquelas concepções instintivamente sustentadas, no sentido amplo, aquela Weltanschauung ou visão de mundo – que impuseram a Dante ou a São Tomás um uso peculiar da inteligência e um tipo especial de lógica. Para compreender porque nós não conseguimos seguir facilmente Dante ou o São Tomás, é necessário entender (e saber como pode ser) a natureza deste clima de opinião. (KOERNER, 1996, p. 51).

O segundo princípio é o de imanência, que são as “dimensões internas da língua”. Mata; Gomes (2004) afirmam que este princípio consiste na busca da linguagem em documentos históricos, a análise da língua em si mesma, e Bastos; Palma (2004) completam dizendo que não é só estabelecer um entendimento histórico, mas é preciso se esforçar também para ter um entendimento crítico, possivelmente filológico do texto linguístico estudado, mantendo-se fiel ao que foi lido sobre este princípio. Com efeito, Koerner enfatiza que é

desnecessário dizer que o historiográfico deve afastar-se tanto quanto possível de sua formação linguística individual e dos comprometimentos da linguística que lhe são contemporâneos, o quadro geral da teoria sob investigação, assim como a terminologia usada, e não em referência a doutrina linguística moderna. (KOERNER, 1996, p. 60).

O segundo princípio refere-se às tentativas do historiógrafo em entender o texto lido e ater-se aos períodos enfocados de forma completa – histórica, criticamente e filologicamente, respeitando a teoria em questão, bem como as acepções terminológicas definidas internamente, e não se deixando influenciar pelas teorias linguísticas modernas. (cf. BASTOS; PALMA, 2004).

O terceiro princípio é o de adequação no qual o historiógrafo deve aproximar o tempo / período estudado do momento atual. Para tanto deverá adequar-se às teorias para tornar próximo ao leitor atual. Tal abordagem

segue a perspectiva interna da língua, de forma complementar, buscando a aproximação ou o distanciamento temporal e cultural do recorte histórico, em especial, o linguístico, observadas as aproximações terminológicas da língua. (KOERNER, 1996 p. 60).

É aceitável na visão de Koerner (1996) adequar o vocabulário – aproximação modernas de vocabulário técnico – para uma melhor apreciação de dada teoria, trabalho ou conceito. Tais princípios estão voltados para a compreensão do objeto de estudo e para explicar as transformações que aconteceram.

Existem outros passos de investigação para a pesquisa historiográfica, são eles: a) a seleção, b) ordenação e c) reconstrução. O primeiro diz respeito à seleção de material que será estudado – documentos, teorias, conceitos, os mais importantes para a pesquisa a ser desenvolvida. O segundo corresponde ao trabalho de ordenação, em sequência cronológica dos documentos selecionados, para que por meio deles se possa estabelecer o percurso historiográfico. O terceiro corresponde ao confronto do documento com o espírito da época, criticamente o historiógrafo deve refazer o saber linguístico da época pesquisada. (cf. GODOY, 2009).

A HL não tem um método plenamente instituído, pois se trata de uma ciência ainda em construção, Koerner (1996, p.45), afirma que cabe ao próprio historiógrafo procurar seu caminho, pois nesta área de estudo e saber busca-se estes os seus “próprios caminhos”, o que requer motivação do fazer.

2 O Brasil e o mundo nas décadas de 10 a 40

A prosperidade econômica incentivava o crescimento urbano, motivada, sobretudo pela economia cafeeira que de certa maneira dividia a sociedade brasileira em classes e camadas sociais. Típico do modo de produção capitalista, o desenvolvimento brasileiro era desigual, muito poder e riqueza na mão de poucos, enquanto a maior parte da população sofria com o sistema.

A ampliação da economia nacional ficava limitada, pois a maior parte dos bens era acumulada fora do país pelos representantes do capital comercial e financeiro, outra característica desta limitação era a concentração regional de renda, onde o progresso se acumulava no sudoeste do país.

Alguns fazendeiros destas regiões já enriquecidos com o café resolveram aplicar parte de seus lucros na indústria e no comércio. Em 1907, quando Rio de Janeiro detinha o maior número de fábricas, São Paulo começava a despontar como polo industrial e crescer com a ajuda de imigrantes que tinham experiência no ramo de exportação e importação. Tal ajuda culminou na montagem de grandes parques que em 1920 sediaram a instalação de fábricas automobilísticas norte-americanas no Estado.

Neste cenário de crescimento dos espaços para o trabalho não havia direitos trabalhistas nem nas fábricas, nem no extrativismo e exportação, mesmo que estes fossem estabelecimentos grandes. Dessa forma, não

existia legislação trabalhista, tal como conhecemos hoje. Não havia descanso remunerado férias ou aposentaria. Os donos das fábricas impunham seus próprios regulamentos, normas e disciplinas em relações contratuais que deixavam os empregados à mercê do patrão. (SERIACOPI, 2005, p.506).

Assim, começam as primeiras associações de trabalhadores que tinham como objetivo lutar juntos pelas mesmas causas e reivindicarem os direitos negados pelos seus patrões. Tais lutas consistiam na busca de maior segurança, tanto nos regulamentos que os regeriam quanto nas remunerações e locais de trabalho. Os trabalhadores entendiam que assim estariam mais protegidos contra os abusos cometidos pelos patrões e encarregados.

Outras formas de organizações trabalhistas surgiram e tinham como objetivo não mais apenas os “recursos de amparo aos associados em caso de doença, desemprego, e morte” como diz Costa; Mello (2008, p.515), eles buscavam melhores condições de vida e

de trabalho. Essas mudanças se deram graças às ações de pessoas que imigraram para o Brasil e traziam consigo ideias de movimentos europeus como anarquismo, socialismo e anarcossindicalismo.

O movimento operário, sob a influência anarcossindicalista irrompeu grandes greves e manifestações, mas foi somente por volta de 1917 a 1920 que o país teve um maior número de movimentos grevistas, a estes o governo respondia com repressão, fazendo valer a lei gerada em 1907 (Lei Adolpho Gordo) que garantia o poder de expulsar estrangeiros perigosos pelo bem da ordem social, uma vez que a maioria dos líderes do movimento de mobilização dos trabalhadores era europeia.

Até o início dos anos 20 o movimento grevista foi intenso e várias outras revoltas surgiram em função do descontentamento com a política e a economia sustentada pelo regime oligárquico paulista e mineiro, entre os movimentos está a Revolta da Chibata (1910) e a Revolta Tenentista (1922-1925). Após tais revoltas e organizações trabalhistas, em 1929, um grupo de intelectuais e operários criou a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil que regulamentava o trabalho do menor.

Esse descontentamento também se dava na parte cultural do Brasil, em fevereiro de 1922 um grupo de artistas promoveu a Semana de Arte Moderna, que aconteceu nos dias 13, 15 e 17 do mesmo mês, no Teatro Municipal de São Paulo, esses jovens artistas eram patrocinados por membros da elite paulistana.

A Semana de Arte Moderna se tornou um marco na renovação e nas artes, tal rompimento com as “formas acadêmicas impostas” fez com que mais pessoas tivessem liberdade ao produzir suas “artes” e contou com a presença de músicos, artistas plásticos e literários, dentre eles Oswald de Andrade, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Mário de Andrade, Vila Lobos dentre outros.

Em 1930 o Brasil era governado por Washington Luís (1926 – 1930), que teve um governo considerado “tranquilo”, mas foi que foi abalado pela crise da bolsa de Nova Iorque, que desestabilizou a Europa e o Estados Unidos, os maiores compradores do café produzido no Brasil. Isto fez com que se estocasse uma quantidade muito grande do produto no país, pois além da crise econômica, em 1928 houve a maior safra (mais de 26 milhões) o que fez com que os preços baixassem muito.

Além dos estoques de café, as divergências oligárquicas aumentavam e os arranjos políticos conhecidos como a “Política do café com leite” já não conseguia resolver os problemas na economia. Por conseguinte, Gasparetto Junior define que

de acordo com a política do café com leite, São Paulo indicado como maior produtor de café do país, e Minas Gerais, maior produtor de leite

do país, uniram suas forças políticas e econômicas para controlar o cenário político brasileiro através de um revezamento de presidentes no poder, esta política se estruturou oficialmente durante o governo do Presidente de Campos Sales (1898 – 1902). (GASPARETTO JUNIOR, 2010. p.3).

A política do café com leite chegou ao fim no governo de Washington Luís que sendo paulista deveria apoiar um candidato mineiro, mas o mesmo demonstrava intenção de apoiar outro paulista, Júlio Prestes. Os mineiros por sua vez, não aceitaram e então o governo de Minas Gerais Antônio Carlos de Andrade organizou uma chapa que colocaria Getúlio Vargas como governador e João Pessoa como vice, assim criou-se a Aliança Liberal com um gaúcho e o outro paraibano.

Nas urnas Júlio Prestes venceu, mas os militares que apoiavam Getúlio Vargas se mobilizaram para tomar o poder, o estopim do movimento foi o assassinato do vice-presidente João Pessoa, em Recife, isto fez com que os revolucionários se articulassem e unissem forças contra Júlio Prestes, recém-eleito pelo voto de cabresto.

Em 03 de outubro de 1930 eclodia a revolta no estado do Rio Grande do Sul, seguido de outros estados. As tropas desencadearam o golpe que depôs Washington Luís e construiu a nova junta provisória e, em 03 de novembro, a presidência foi entregue a Getúlio Vargas, dando assim fim à República Oligárquica.

A década de 1930 foi a época da maior crise econômica da história do capitalismo, que foi chamada de a Grande depressão. A crise favoreceu a polarização de forças, no plano político, entre as “frentes populares” e os partidos fascistas. No plano das relações internacionais, as potências nazifascistas efetivaram políticas expansionistas, que foram respondidas pelas potências democráticas – liberais com uma política de apaziguamento. (MELLO, 2008, p. 513).

A depressão de 30 gerou muito desemprego e a taxa de natalidade e casamentos caiu consideravelmente em diversos países. A década de 30 também foi marcada pela 2ª Guerra Mundial que teve início em 1939 quando tropas nazistas invadiram a Polônia. O curso da segunda Guerra Mundial desdobrou em três fases: As vitórias do eixo – (base formada por japoneses, italianos e alemães) – (1939 – 1941), o equilíbrio de forças que se deu com a entrada das tropas dos Estados Unidos e União Soviética (1941 – 1943) e as vitórias dos aliados – franceses e britânicos e mais tarde, soviéticos e norte-americanos (1943 – 1945).

No Brasil, após o golpe de 30 que entregou a presidência a Getúlio Vargas, os paulistas lideraram manifestações exigindo uma nova constituição para o país e também reivindicaram a constituinte e a autonomia de São Paulo. Iniciando a luta armada em 09 de julho de 1932, por não ter poder militar e abandonados pelos rebeldes de Minas Gerais, os paulistas tiveram que se render depois de três meses de luta às forças federais, isto se deu em outubro de 1932.

Embora no campo militar a revolução fosse considerada uma gafe, no ponto de vista político teve lucros, como a aprovação pelo governo em 1932 do Novo Código Eleitoral e a nova Constituição promulgada em julho de 1934, data em que o governo deixa de ser provisório e passa a ser definitivo. Com efeito, diferente das demais constituições já elaboradas, a de 1934 incorpora legislação referente aos trabalhadores e além de garantir o direito de voto para as mulheres e reduzir a idade eleitoral de 21 para 18 anos, ela

estabeleceu, também, os salários mínimos regionais, a jornada de trabalho de 8 horas, o descanso semanal, as férias anuais remuneradas, a indenização do trabalhador em caso de demissão sem justa causa, a regulamentação das profissões, a proibição do trabalho a menores de 14 anos e a proibição do trabalho noturno a menores de 16 anos. (MELLO, 2008. p. 532).

Nesse cenário de conspirações e tramas, Getúlio Vargas arquiteta um plano para permanecer no poder. No plano, ele afirma ter sido encontrado pelo exército um “documento comunista” no qual conspiravam para a tomada de poder do presidente. Com esse plano, Getúlio Vargas consegue dar o “Golpe de Estado”, fechando o Congresso em 1937 e cancelando as eleições presidenciais. Juntamente com o alto comando do exército elabora outra constituição intitulada Polaca, de inspiração fascista.

Estabeleceu-se assim o Estado Novo que se instaurou de 1937 a 1945, tal momento ditava leis na qual as pessoas estavam proibidas de se reunirem e manifestar livremente suas opiniões. Este tipo de governo ditatorial centralizava-se na figura de Getúlio e era notadamente de caráter antidemocrático.

3 Feminismo no Brasil e no Mundo

Paralelamente no período de 1910 a 1940 existiram outras batalhas, pois a insatisfação era de toda sociedade brasileira, e algumas mulheres se destacaram na luta por

direitos igualitários, dentre elas Bertha Lutz, Ercília Nogueira e Olga Benário, O movimento feminista brasileiro se formou no final do séc. XVIII e início do séc. XIX quando o grupo feminino começou a participar de escolas, reuniões e trabalho fora de sua própria casa e lutarem por seus direitos civis, políticos e trabalhistas.

Durante o governo de Afonso Pena (1906 - 1909) as costureiras organizaram uma greve conhecida por “a greve das costureiras”, que reivindicava uma jornada de trabalho de 08 horas, que até então oscilava entre 14 a 16 horas. No entanto, não eram somente com a jornada excessiva que as empregadas sofriam. Não se tinham condições mínimas de trabalho, respeito moral e psicológico, e além deste cenário caótico, as trabalhadoras eram vítimas de diversos tipos de assédios e ainda eram discriminadas perante a sociedade.

O movimento feminista, de acordo com Ana Alice Alcântara Costa

é um movimento essencialmente moderno, surge no contexto das ideias iluministas e das ideias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana e se espalha, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos. Nesse seu alvorecer, mobilizou mulheres de muitos países da Europa, dos Estados Unidos e, posteriormente, de alguns países da América Latina, tendo seu auge na luta sufragista. (COSTA, 2013. p. 4).

Desta maneira, algumas dessas mulheres que não participavam do feminismo como movimento social, já se destacavam por sua importância na história, ora como mestre de seus próprios filhos, ora como escravas negras cuidando da casa, dos filhos do “dono”, e ensinando as “Sinhás” e suas filhas quais plantas curavam, doando seu leite para fazer fortes aquelas crianças.

No século XIX as mulheres ocupavam boa parte das vagas de emprego das fábricas têxteis e algumas influenciadas por ideias iluministas, anarquistas e socialistas faziam parte de lutas sindicais buscando melhores salários, condições de trabalho, redução da jornada de trabalho, condições de gênero, higiene e saúde. Geralmente esses movimentos aconteciam paralelamente aos movimentos das classes populares influenciados como dito anteriormente por ideologias importadas socialistas e anarquistas.

Dos anos de 1920 adiante, as organizações conseguiram mobilizar um número considerável de mulheres, em suas maiorias ricas, influentes e de classe média, para juntas lutarem e pressionarem o congresso a garantir o direito ao voto para as mulheres. Na década de 30 os avanços políticos conquistados pelas mulheres foi um marco, pois

em 1932, as mulheres conquistam legalmente o direito ao voto, com Código Eleitoral. Apesar da importância simbólica dessa conquista, à época, foram determinadas restrições para o exercício desse direito. Foi só com a constituição de 1946 que o direito pleno ao voto foi concedido. (DUARTE, 2003, p.12).

Este fato se deu pelo golpe de Estado dado por Getúlio Vargas que se tornou um governo ditatorial e assim só depois de sua “queda” é que as mulheres conseguiram exercer o seu pleno direito ao voto. Com a ditadura, o movimento feminino perdeu força, mas não as ideologias, pois mesmo sofrendo represálias, as mulheres militantes estavam presentes em lutas armadas, comportamento esse que, de acordo com Seriacopi (2005, p.534) “Transformou-se em um instrumento *suigeneris* de emancipação, na medida em que a igualdade com os homens é reconhecida, pelo menos retoricamente”.

Já no Brasil, influenciadas pelas lutas sufrágicas cujos ideais possibilitaria o acesso das mulheres ao parlamento e, por conseguinte, abriria a chance de mudanças nas instituições e leis, assim como ampliar alianças entre as mulheres, unificando posições políticas e sociais, diversas mulheres se mobilizaram e começaram a organizar meios de combater a desigualdade de gênero e melhorias nos setores trabalhistas assim como reivindicação dos direitos políticos e sociais negados.

Os primeiros movimentos feministas no Brasil foram para conseguir direito ao voto. As sufragetas brasileiras foram lideradas pela fundadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a bióloga Bertha Lutz, que em 1927 após campanha pública, apresentou um abaixo-assinado ao senado pedindo a aprovação do projeto de lei que dava as mulheres o direito ao voto. Este projeto foi escrito por Juvenal Dartartine que então ocupava o cargo de senador.

Este direito foi conquistado em 1932 com o novo Código Eleitoral brasileiro, mas com o Golpe de Getúlio Vargas as mulheres conseguiram exercer seu direito ao voto apenas em 1947, onde

o feminismo aparece como um movimento literário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. (PINTO, 2010, p. 16).

O movimento feminista se destoava do feminismo até então absoluto, este que combatia radicalmente o segundo, que tradicionalmente foi impregnado ao segundo sexo, que vivia à margem dos direitos políticos, do próprio corpo, das finanças, enfim de toda e qualquer decisão e participação daquilo que fosse considerado “importante social e politicamente”. Assim,

dentre as principais características que estruturam o feminino tradicional estão dependência emocional e social – financeira. A mulher é educador para assessorar, para servir ao homem. Portanto, sua identidade está, tradicionalmente, atrelada a desse sujeito (SILVA, 2011, p. 2).

Por esta submissão, a mulher era considerada o sexo frágil, física e emocionalmente, como se todas fossem instáveis, covardes e incapazes de realizar outra atividade, senão aquelas domésticas e sexuais. Com efeito, o feminismo também está associado ao instinto materno, no qual é dever das mulheres gerar, cuidar, educar os filhos.

3 A Revista Feminina (1914 – 1936)

O início do século XX foi marcado pela preocupação com o modernismo e com as novidades estéticas recém-introduzidas no Brasil, neste meio, surgem então alguns periódicos editados por mulheres, dentre eles: *A Luta Moderna* organizada por Virgilina de Souza Salles que posteriormente se tornaria o objeto deste estudo, a Revista Feminina.

Esta era voltada totalmente ao mundo feminino e circulou de 1914 a 1936, ocupando um importante espaço no variado mercado das publicações desta época. Na defesa de sua criação Virgilina definia assim seus propósitos:

Nossa revista representa um gesto abnegado de altruísmo. Criamo-la pela necessidade premente de que se ressentia o nosso meio de uma leitura sã e moral e que, ao lado da parte recreativa e literária, colaborasse eficaz e diretamente na educação doméstica e na orientação do espírito feminino. Não tivemos, não temos e não teremos nenhuma pretensão descabida; nosso esforço é modesto e humilde; não pretende ensinar nem reformar; o que pretende é apenas colaborar na

Medida de suas forças, para a educação feminina. (REVISTA FEMININA, 1914, p. 08).

A Revista era distribuída por meio de assinatura e como Virgilina era pertencente a uma família tradicional paulista, tornava-se mais fácil a circulação do periódico na elite paulistana. A fundadora, apesar de influenciada por seu irmão Cláudio de Souza, médico, literato e membro da Academia Brasileira de Letras, esteve na direção da revista até 1918, ano de sua morte.

Após este período, assume então o seu marido João Salles que permanece até 1925. Mesmo com a morte da sua fundadora, as características da revista não foram afetadas e nem a sua circulação. Em 1925 assume a redação a secretária dela, Avelina Souza, filha do casal.

A revista fez parte do progresso cultural brasileiro nas décadas de 10 a 30, suas páginas eram repletas de desenhos e fotos, as capas coloridas com desenho de mulheres e crianças muito recatadas e românticas.

As matérias, determinadas pelos interesses que se circunscreviam ao limite espaço provado, de domínio feminino, tratavam, entre outros assuntos, de modo, decoração do lar, saúde, culinária, educação dos filhos, pequenos contos, poesias ou peças de teatro especialmente escritas para a revista, além de conselhos e “curiosidade cultural”. (LIMA, 2007, p. 230).

Por conseguinte, sem perder a “ética e a moral” princípios idealizados por sua fundadora e preconizados pela Igreja Católica, instituição muito forte na época, a revista publicava essas manchetes apenas com caráter de informação, e às vezes com um tom de negação e escárnio.

Em seus editoriais eram mostrados os assuntos importantes do mês, sempre esteticamente escritos em forma de crônica, e este era o principal instrumento de protesto, defesa, reivindicação e crítica. As crônicas foram assinadas por Ana Rita Malheiros, que tornou-se a voz da revista, após a morte de Virgilina.

As opiniões masculinas eram aceitas como “colaborações voluntariamente aceitas”, mas Malheiros, uma das pessoas que escrevia na revista era pseudônimo de Cláudio de Souza, irmão de Virgilina. Assim há uma distorção entre o ideal “de mulher para mulher” pregada nos editoriais. Nesta dinâmica, Cláudio adquire a condição de principal articulador

do pensamento da revista, dosando as reivindicações, valorizando papéis tradicionais e modelos de conduta marcados pela submissão. (LIMA, 2007, p. 238).

Os editoriais pregam que as causas defendidas mostram sua face feminista, mas com campanhas de preservação e não rupturas, uma valorização do feminino de forma velada, desempenhando sua função de manter a mulher dentro de casa, submissa ao marido, responsável pela criação e educação dos filhos e dos cuidados com a casa.

4 Análise dos Editoriais (1914 a 1926)

Das edições que circularam o Brasil de 1914 até 1936, encontram-se no acervo digitalizado do Estado de São Paulo apenas as revistas dos anos de 1914 a 1926, por isso para esta pesquisa fez-se os recortes dos anos de 1914 a 1926, para assim estudar-se a primeira, o intermeio e a revista final de que se tem acesso.

A escolha dos editoriais especificamente do mês de março (exceto do ano de 1914 que é de dezembro e da de 1926 que é de julho), se dá pelo fato de que é um mês importante para o público feminino, pois se comemora o Dia Internacional da Mulher, e assim acredita-se que circulará nestes a ideologia pregada pela revista, uma vez que se denomina feminina, mas que tem como objetivo o progresso da mulher, pensamento este defendido pelo feminismo.

4.1 Editorial de Dezembro, 1914

Intitulado “a Luta Moderna”, o periódico veiculado pela Empresa Feminina Brasileira passa a ter formato de revista, que objetivava fazer da mesma “um órgão que aliasse o útil ao agradável”, pois propunha de acordo com Virgilina de Souza Salles, fundadora da revista (apud LIMA, 2007, p. 227),

trabalhar pelo progresso moral da mulher patricia, para o levantamento de seu nível intelectual, para libertar das peias que a trazem embaraçadas, para lhe favorecer elementos de luta na conquista da vida, para guia-la pelo caminho que as mulheres europeias e norte americanas já estão atualmente pisando com firmeza e segurança. (REVISTA FEMININA, 1920, p. 8).

Nesse editorial é apresentado um texto intitulado “Com ares de crônica”, no qual Joaquim Feijó conta como o diretor Sales estava alegre com o seu jornal (periódico); pois “choviam de toda parte”, e os seus planos de transformá-la em revista com sede própria e melhorar a redação.

De forma lírica explica Joaquim porque resolveu ajudar Salles a escrever a crônica de abertura de dezembro de 1914.

E foi somente para retirar essa promessa que garatujei estas linhas, na mesma radiosa manhã em que o Salles, de ponto em branco e trazendo um cravo rubro na lapela, me apareceu em casa, alegre como um passarinho. (REVISTA FEMININA, 1914, p. 3).

4.2 Editorial de março, 1917

Em 1917 no mês de março, circulou na revista o editorial “Os nossos maridos”, no qual a crônica contava sobre o encontro de duas amigas, uma aparentemente moderna, que tinha viajado quase toda a Europa, que faz associações e comparações da beleza, riqueza, delicadeza das mulheres com a natureza:

Aquele sonho lucianante que do infinito me descia à alma, aquele filtro eu vinha do mar e da floresta – em que se conjugavam a masculinidade da marezia e a feminilidade mórbida das florestas de laranjeira – e que me vencia o corpo. (REVISTA FEMININA, 1917, p. 7).

A outra, chamada Evelina de Magalhães, na adolescência era alegre, “fresca”, fazendo “linha borboleta”, mas o casamento deturpou sua compreensão de felicidade, e neste trecho podemos perceber toda a autoridade de seu companheiro:

E se tu pensas que é um prazer, na minha idade, vestir-me de toda esta seriedade respondeu Evelina, desanuviando-se aos poucos – Mas são os nossos maridos. Por qualquer coisa nos repreendem, dizem que não temos modos, que somos uma mulher casada, que isto não fica bem... (REVISTA FEMININA, 1917, p. 8).

Percebe-se durante esta crônica escrita por Ana Rita Malheiros, que as mulheres deixavam seus sonhos para viver para os filhos e para o marido. Tornavam-se “velhas”, mesmo com pouca idade, a amiga de Evelina que narra o texto de forma lírica no início acaba responsabilizando-a pelo descontentamento no casamento. “São as mulheres, porém, que fazem o marido brasileiro triste, taciturno”. (REVISTA FEMININA. 1917, p. 8).

Assim, a amiga condena a mulher como única responsável pela infelicidade conjugal do casal, pois fica após o casamento presa nas ações do cotidiano, colaborando para que ambos vivam tristes, severos e ditosamente aborrecidos, um “defronte ao outro” como se o ciúme da felicidade da outro fosse a fazer feliz. Evelina afirma que precisa se impor na sociedade para não dizerem “graças”, sendo retrucada pela amiga que diz que estas “graças” só são feitas às senhoras que as permitem.

A Revista Feminina preocupava-se com o tom amistoso com o qual deveria tratar suas leitoras, também se atentava para a necessidade de informá-las, mas sendo estas (informações) apenas abordadas quando se referiam as aptidões necessárias para a formação, para o desempenho do papel básico de mãe e esposa, sua preocupação.

Não implicava na necessidade de integrá-la no mundo exterior ao lar, portanto a revista não informava o que acontecia à sua volta. Manteve-se à parte de fatos políticos, como sucessões presidenciais, de movimentos sociais, como greves, de problemas econômicos e mesmo manifestações artísticas, com a sêma da Arte Moderna. Nem mesmo a revolução de 1924, que abalou a vida da cidade, foi mencionada. (LIMA, 2007, p. 234).

A revista tratava de um feminismo “não revolucionário”, eram noticiadas as conquistas feministas no Brasil e no mundo, os congressos e as campanhas sufragistas, mas chegava a desdenhar algumas ideologias destes movimentos. Mas isto não atrapalhava a aceitabilidade das leitoras em relação à revista.

4.3 Editorial de março, 1920

Em 1918 morre, precocemente, a fundadora da revista, não afetando as características ideológicas das manchetes publicadas, assume então a redação e direção João Salles, que permanece no cargo até 1925, quando a filha do casal assume o posto.

Anna Rita Malheiros assina a crônica apenas como colaboradora especial para a revista retrata uma conversa durante uma “festa de alta elegância”, em São Paulo, onde estavam reunidas as pessoas de maior poder aquisitivo a chamada “boa e velha nobreza paulistana”.

Na festa, instaurou-se um sarau que foi dividido em uma parte dedicado à literatura e outro à música. Várias recitações e canções foram entoadas, no entanto todas em francês, o que gerou certo questionamento

– Mas porque não se canta, então, em português? Não amará ella as nossas tradições, a nossa língua?

– Que tradições, minha amiga? Pois esta gente é toda de aluvião. Nunca teve tradições nem sabe o que é lá isso. (REVISTA FEMININA, 1920, p. 13).

Mesmo sendo as apresentadoras brasileiras e os ouvintes também, as apresentações seguiam em língua estrangeira, demonstrando o que a crítica da época chamou de descaso com a cultura brasileira. Quando uma “sangue puro da velha raça de Amador Bueno” foi-se apresentar com duas amigas, uma com o nome estrangeiro, a expectativa para uma apresentação em língua portuguesa cresceu

– Neste caso, com certeza dirão alguma coisa em português- respondi-lhe em que já também, me começava a enfadar com tanto estrangeirismo numa festa brasileira.

– Ah, com certeza, com certeza... (REVISTA FEMININA, 1920, p. 13).

Como as demais exposições, essa também deixou de lado a descendência da “velha árvore paulista”, e novamente usou o francês para o seu canto, ouviu-se falas de repúdio e de patriotismo, mas todos os manifestantes foram instigados a sair do local onde o novo e o velho se chocavam, lugar que representava as aspirações da juventude e mostrava a vontade de romper com o tradicionalismo, mesmo que para isto os atos se resumissem em copiar outra cultura que julgassem melhor.

Esse desejo do novo já era sentido e temido, pois acredita a personagem que,

Hão de acabar pondo nos a todos nós fora não só do salão como do paíz. A culpa é nossa... é nossa... Felizmente já terei morrido, já os teremos morrido todos que trabalhamos para lhes herdar uma pátria! (REVISTA FEMININA, 1920, p. 13).

Este editorial termina com Malheiros dizendo que até a diversão da noite era no estilo francês, uma das danças dos criminosos de Paris, e dos bandidos do *Far-west*. Na parede o quadro que estampava a despedida dos velhos paulistas do século XIX quando saíam das margens do Ipiranga pra desbravar os sertões.

4.4 Editorial de março, 1923

Neste editorial, a revista que antes reforçava que seus ideais eram ver o progresso da mulher, acaba entrando em contradição, pois a partir de 1920 começa a usar além dos textos especificando os espaços estritamente femininos, citações religiosas e do congresso brasileiro, instituições historicamente machistas, e de certa maneira começava a persuadir as mulheres por meio dos textos destinados ao entretenimento e lazer a se conformarem com a situação em que viviam, uma vez que

além dos assuntos consagrados no mundo feminino, como beleza e culinária, a *Revista Feminina* preocupava-se também com o lazer de suas leitoras. Para isso, publicava grande variedade de poemas, contos e pequenas peças de teatro. [...] Essa literatura era marcada por mensagens de acentuado fundo moral, compatível com o ideário da revista, e que, provavelmente, de forma até mais eficaz que os demais recursos atingiam o pensamento das leitoras. [...] Os contos e pequenas peças de teatro constituem-se em importante elemento para análise dos valores defendidos pela revista. Valorizavam o sacrifício, a abnegação, a renúncia, ao mesmo tempo em que enalteciam a importância do casamento e sublimavam a maternidade. (LIMA, 2007, p. 230).

As notícias que eram repassadas as leitoras, resumiam-se nas que foram especificadas acima, outras relativas às mulheres como notícias das lutas por maior participação das mesmas na sociedade e na defesa dos crimes praticados contra elas.

As manifestações por direito ao voto eram apenas citadas como meras informações e sempre comentadas em outros textos de forma acrítica e às vezes contrária. A luta do movimento Sufragista foi constantemente noticiada, assim como os avanços das mulheres em diferentes áreas.

Em 1919 a revista publica o artigo “O feminismo em marcha: A Revista Feminina e o movimento sufragista” no qual estava a notícia que Lizia Graziella Cezar fora notificada que poderia se inscrever para o concurso tanto para o ministério da viação quanto para o ministério da fazenda, sendo esta notícia importantíssima para o público da revista. Os editores dividem a página desta reportagem com comentários sobre o ideal feminista pregado pela revista, não revolucionário e reacionário.

Isto gera uma distorção de ambos os discursos, pois a luta por melhorias da condição da mulher que a revista pretendia divulgar acaba por fazer, mas ao mesmo tempo atem-se em criticar tais atos. Mudar para o corpo redator daquela época era apenas ganhar direito ao voto, desde que isto não alterasse a posição subalterna da mulher.

No entanto, quando Lizia ganha o direito de participar de concursos públicos, ela não só tem a possibilidade de ocupar um cargo tipicamente masculino, mas também de mostrar que as mulheres são capazes de assumir cargos públicos de igual maneira.

Em 1923, o editorial narra a visita de uma feminista americana Sra. Chapmann Catt, que de acordo com a revista, tinha os seus ideais pregados de forma forte, e afirma ainda que eram em parte fundamentados no protestantismo.

Se a revista era visivelmente católica qualquer pessoa que ameaçasse abalar a ética, moral e as leis cristãs seria severamente criticado, juntamente com a revista um jornal citado pela mesma, diz que o discurso da visitante estava profundamente ligado ao divórcio. O feminismo pregado pela revista difere-se do pregado pela Sra. Chapmann, pois acreditava que este

falseia as verdadeiras aspirações da mulher. A mulher moderna, consciente e evoluída não pode absolutamente ser favorável ao divórcio. O divórcio é a última análise, a dissolução do lar e o lar representa, dentro da organização social, o reino incontestável da mulher. (REVISTA FEMININA, 1923, p. 3).

Para Heller (2005, p. 17) o feminismo retratado na revista

apresentava ser apenas um apanhado de informações das campanhas a favor do voto feminino no exterior, sem mudar em nada os papéis atribuídos à mulher na sociedade brasileira, a saber: boa esposa, mãe e enfermeira dos familiares.

A revista por meio desse editorial, que intrigantemente não é assinado, defende a participação da mulher na vida pública, mas que isso não se dará por meio de medidas extremas como o divórcio, nem por abandono da feminilidade. Ao contrário, por meio de abdicção do preconceito por parte do homem e pelo dever da mulher de se “auto-educar”, de elevar o seu espírito, de se tornar, enfim, conscientemente superior.

4.5 Editorial de julho, 1926

O editorial deste ano, diferentemente dos demais foi escrito em forma que lembra uma bandeira e nele conta-se sobre um evento automobilístico no estado de São Paulo vangloriando os atos do presidente da república recém eleito Washington Luís, por ter construído rodovias que ligassem a capital desse estado ao interior e aos demais estados e fronteiras do país.

A crônica fazia uma reflexão sobre a melhoria e comodidade que o presidente trouxe para as pessoas, bem como da construção das rodovias e a melhoria das já existentes, assim como dos automóveis, pois

uma das faces de seus interesses pelo progresso incessante está o culto que devota e machina maravilhosa que, a explosão da gasolina encurta distancias e facilita a aproximação das cidades mais remotas, através da estrada de rodagem [...]. Já podemos no conforto de uma Dodge ou de uma Buick, empreender as mais extensas discursão. (REVISTA FEMININA, 1926, p. 17).

No mesmo ano houve uma “competição de velocidade” e a revista ressalta que mulheres participaram do evento ganhando prêmios, mas não cita o nome das participantes, pois de acordo com a publicação, o “Bello Sexo” não poderia ficar de fora desse evento, pois assim como os homens as mulheres se interessavam por carros e por guiá-los.

A revista afirmava ainda que as mulheres faziam um “chouffeuse” tão bem, ou até mesmo com mais prudência e habilidade que os homens, isto serviu de base para que a

mesma se dispusesse a conseguir da prefeitura “carteira de condutores de auto” uma vez que,

a mulher moderna, conscisa de sua força e da missão que é destinada a desempenhar na sociedade, e há muito liberta do convencionalismo que lhe circunscrevia a esfera da atividade, colloca-se resolutamente ao lado desses pioneiros do progresso e se faz também “chauffeuse”, com o mesmo louvor desembaraço com que abraça o exercício de outros desportos praticado pelo homem. (REVISTA FEMININA, 126. p 17).

Conclui-se o editorial dizendo que as mulheres devem continuar o progresso e que independentemente da área em que fossem atuar, deveriam sempre triunfar e documentar o seu valor, pois a sua emancipação definitiva se daria por meio de suas atitudes, ou qualquer ato que fossem desenvolver não importando o lugar se no “terreno automobilístico” ou em qualquer outra parte que atuassem.

Conclusão

Tendo por tema, a Revista Feminina, procuramos analisar os editoriais da mesma, para assim tentarmos entender o pensamento da mulher na primeira metade do século XX, sob o enfoque historiográfico, desta forma retomamos as indagações que nortearam esta pesquisa: Por que este trabalho se insere no campo das pesquisas historiográficas? Por que a escolha da Revista Feminina como corpus de pesquisa? Por que analisar apenas os editoriais do mês de março? Por que a Revista Feminina teve-se em incitar o feminino uma vez que as revoluções feministas estouravam no país e no mundo? Quais os meios utilizados para combater as ideias revolucionárias pregadas pelo feminismo?

É relevante ressaltar que escolhemos a Revista Feminina como “corpus de análise” devido a sua importância para a (in)formação das mulheres do período e posteriores, desta forma a revista tinha forte influência sobre as suas leitoras, os seus conteúdos ditavam regras e ideologias que defendiam a moral e a ética também pregada pela igreja católica.

Assim procuramos responder por que em meio a tantas ações e revoluções da militância feminista a revista protegeu e incitou o feminino como conduta correta, então no processo de construção deste trabalho, descobrimos que por trás da imagem pregada pela revista que era uma construção “de mulher para mulher” havia as figuras de João Salles marido de Virgilina e de seu Claudio de Souza como colaboradores/idealizadores/escritores

da mesma, isto fez com que as revoluções feministas fossem abafadas e às vezes tratadas de forma discriminatórias.

Já nos editoriais analisados pudemos constatar que o feminino era defendido e enaltecido, e que as conquistas alcançadas pelo grupo feminista vinham ao encontro de todas as ideologias pregadas pela revista como verdadeiro, ético e moral. Esses avanços só eram bem vistos quando correspondiam ao campo político, pois as mesmas mulheres que cuidavam do marido, dos filhos e da casa poderiam votar.

Assim escolhemos analisar os editoriais do mês de março por se tratar de um mês considerado feminino (por se comemorar no dia 08 de março o dia Internacional da Mulher) e as revistas dos meses de dezembro e janeiro porque queríamos estudar a primeira e a última disponível, para que assim pudéssemos conferir se a ideologia inicial fora mantida; pois bem, notamos que a mulher considerada idealizadora da revista (juntamente com as figuras masculinas já citadas) conseguiu manter as suas premissas, mesmo depois da morte da fundadora os continuadores da obra procuraram fazer o mesmo.

A revista serviu como meio de distração, informação, formação e incentivo para as mulheres de sua época, ora como amiga ora com mentora, sugerindo e vendendo produtos, posturas e ideologias, sempre com a intenção de proteger a família e compactuar com a militância feminina por igualdade de gênero desde que não ferisse esta máxima.

Ressaltamos que não cabe a nós julgarmos os conteúdos da revista e muito menos a compreensão de feminismo que tinham leitores e escritores, assim como a postura das mesmas diante das militantes mais extremistas e informadas, pois as mulheres desta época se viam presas aos conceitos cristalizados de certo e verdadeiro de uma sociedade machista, onde o novo e revolucionário causava tamanho desconforto e chocava-se com as concepções definidas como papel feminino e masculino.

Ressaltamos que ainda hoje em pleno século XXI existe resistência quanto ao conceito do papel da mulher, mas que as políticas sociais e culturais e também a militância feminina, voltadas verdadeiramente para as mulheres, estão ajudando na reflexão para um correto posicionamento destes papéis, e conseqüentemente a definição e recolocação dos mesmos não serão apenas definidos pela sociedade machista, mas fruto de debates e reconhecimento de igualdade de sexo, mesmo sabendo que esta luta será longa e dolorosa.

Ousamos ainda, sugerir que seja criado um espaço de discussão nas escolas sobre a igualdade de gênero e a história da mulher, seus direitos e conquistas, para que desde cedo os jovens percebam quão árdua e importante é a história das mulheres, e que entendam e reconheçam essa importância para juntos transformarem a sociedade em que vivemos de machista à livre de rotulações de gênero.

Referências

BASTOS, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro. *História Entrelaçada - A construção de gramáticas e o Ensino de Língua Portuguesa do Século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

COSTA, Luís Cezar Amad; MELLO, Leonel Itaussu A. *História Geral e do Brasil: Da pré-história ao século XXI*. São Paulo: Scipione, 2008.

COSTA, Ana Alice Alcantara (Org.). *Estudos de gênero e interdisciplinaridade no contexto baiano*. Salvador: EDUFBA: NEIM, 2011. 338 p. (Coleção Bahianas; 13). Disponível em: <<http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/issue/view/1/showToc>>. Acesso em: 09 set. 2013.

DUARTE, Constância Lima. *Feminismo e Literatura no Brasil*. Estudos Avançados: São Paulo, v. 17, n. 49, 2003.

GASPARETO JUNIOR, Antônio. Política do café com leite. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/politica-do-cape-com-leite/>>. Acesso em: 9 set. 2013.

GODOY, Eliana Vieira. Historiografia Linguística: Um percurso histórico linguístico. In: *Revista Múltiplas Leituras*. v. 2, n. 2, p. 177-188, jul./dez. 2009.

HELLER, Barbosa. *Caras amigas leitoras? A formação da mulher leitora no Brasil(1914/1936)*. Rev. Ampoll n. 18, p. 11-41. Jan./Jun.2005.

KOERNER, E.F.K. Questões que persistem em historiografia linguística. In: *Revista da ANPOLL*, n. 2, p. 45, 1996.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. Imprensa feminina, revista feminina. A imprensa feminina no Brasil. *Projeto História*, São Paulo, n. 35, p. 221-240, dez. 2007.

MATA, Priscila Figueiredo da; GOMES, Nataniel dos Santos. Panorama da Historiografia Linguística. In: *Revista Philologus*, Ano 19, n. 55. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr. 2013 – Suplemento.

MELLO, Leonel Itaussu. *História Moderna E Contemporânea*. Scipione: São Paulo, 2008.

PINTO, Célia Regina Jardim. *Feminismo, História e Poder*. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

REVISTA FEMININA. Disponível em:

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/hemeroteca_digitalizado.php?periodico=titulo&titulo=Revista%20Feminina>. Acesso em: 21 jun. 2013.

SERIACOPI, Gislaine Campos Azevedo. *História: Volume único: livro do professor*. São Paulo: Ática, 2005.

SILVA, Talita R. *Feminino e Feminismo*, 2011. Disponível em:

<<http://blogueirasfeministas.com/2011/10/feminino-feminismo/>>. Acesso em: 9 set. 2013.

LILIAM DE OLIVEIRA

Professora na Universidade Estadual de Goiás (UEG – Câmpus Iporá). Mestre em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: liliam.oliveira@ueg.br.

MARIVANE DE JESUS COSTA

Professora no Colégio Engemed. Graduada em Letras – Português/Inglês pela Universidade Estadual de Goiás (UEG – Câmpus Iporá). E-mail: marivane_costa@hotmail.com.